

REUNIÃO DE PERITOS DA OCDE

"O PAPEL DAS MULHERES NA ECONOMIA"

Washington, 3/6 de Dezembro

de 1973.

Fundação Cuidar o Futuro

Notas de: Eng^a Maria de Lourdes

Pintasilgo.

CAPÍTULO I

Significado temático e político da reunião de Washington

1. Significado temático

A reunião de peritos da OCDE sobre o papel das mulheres na economia, realizada em Washington de 3 a 6 de Dezembro de 1973, constitui uma etapa decisiva na evolução do conhecimento dos problemas relativos à situação da mulher na sociedade e à projecção desses problemas no conjunto da evolução da problemática social contemporânea.

Pode dizer-se que esta reunião, apesar de muito limitada no tempo, marcou um momento importante do esforço que, nos últimos 3 anos, tem vindo a ser realizado ao nível governamental pelos países-membros da OCDE e, de forma especial, pelos países presentes nesta primeira etapa do projecto em curso. É de notar, por isso que, das dez peritas presentes na reunião de Washington, são res-

ponsáveis pela Comissão relativa ao Papel das Mulheres as representantes da Austrália, da Bélgica, do Canadá, da Dinamarca, da Finlândia, da França, do Japão e de Portugal; a delegada da Itália é professora de antropologia cultural da Universidade de Roma, a delegada dos Estados Unidos é um dos membros do Comité dos Conselheiros Económicos do Presidente Nixon.

Fundação Cuidar o Futuro

É de esperar que as recomendações desta reunião venham a ser objecto de estudo da "Comissão da Mão de Obra e das Questões Sociais" da OCDE, e assim o projecto, agora lançado em termos provisórios, possa vir a ter um adequado tratamento.

O teor da reunião, o seu conteúdo, as contribuições dos peritos, as intervenções estritamente técnicas dos observadores norte-americanos ou canadianos, tiveram um alcance cujos elementos são de difícil tradução no relatório.

Esta reunião foi uma etapa no projecto em

curso relativamente ao "papel das mulheres na economia". Destinou-se esta etapa a seriar os problemas sobre os quais uma investigação concertada dos vários países da OCDE terá de ser levada a cabo. Curioso é notar que, na evolução desta etapa do projecto, se passou de uma listagem unidimensional das principais questões levantadas pela presença das mulheres na economia, para uma organização temática ou ideológica relativamente à presença e ao papel das mulheres na vida económica e na vida social. Ao compararmos o esquema fornecido pelos Estados Unidos e depois reelaborado pelo Secretariado da OCDE para os relatórios dos vários países, e a agenda definitiva seguida durante a reunião de Washington e decorrente do relatório conjunto dos relatórios apresentados, verifica-se uma variação de qualidade que é significativa.

Assim, a listagem dos problemas postos à consideração dos vários países, era a seguinte:

- 1) Participação das mulheres na vida

activa, segundo a idade e a situação civil;

- 2) o esquema da vida de trabalho das mulheres, comparada com a vida de trabalho dos homens;
- 3) a estrutura ocupacional das mulheres;
- 4) o desemprego das mulheres e a rotação no trabalho;
- 5) a situação e as tendências nas diferenciações salariais entre homens e mulheres e os factores que explicam essas diferenciações;
- 6) a educação e o treino das mulheres em comparação com a educação e treino dos homens e sua influência na participação ocupacional;
- 7) as leis relativas a imposto e os efeitos da estrutura de impostos na vida da mulher que trabalha, em comparação com a mulher que realiza em

casa um trabalho não remunerado;

- 8) a segurança social e os seus efeitos nos rendimentos das mulheres, comparados com os dos homens;
- 9) as provisões para guarda de crianças, de modo a promover a participação das mulheres no mercado de trabalho;
- 10) a flexibilidade de horários e as possibilidades de escolha individual na fixação de períodos fora do mercado de trabalho;
- 11) os factores que influenciam o mercado de trabalho, tais como a legislação com efeitos discriminatórios ou anti-discriminatórios relativamente aos homens;
- 12) dados comparativos sobre a educação e a situação psicológica das crianças com mães trabalhando em casa ou fora de casa;

- 13) outros aspectos sociológicos e culturais da participação das mulheres no mercado de trabalho;
- 14) a economia decorrente do aumento de participação das mulheres num trabalho remunerado.

Esta longa lista de problemas deu origem à agenda que foi usada durante a reunião de Washington, e que tratou dos seguintes grandes capítulos:

- I) A posição das mulheres no mercado de trabalho (verificação das disparidades e tendências existentes no mercado de trabalho);
- II) As políticas governamentais que afectam o emprego das mulheres;
- III) Os problemas específicos dos pais que trabalham;
- IV) A procura de realização humana no trabalho.

Parece-me importante acentuar que se verifica nesta evolução a observação correntemente feita de que o estudo do "Papel das Mulheres na Economia", quando realizado a fundo, conduz necessariamente à elaboração de grandes questões de fundo que tocam a própria estrutura da sociedade, e os grandes problemas que, tanto os homens como as mulheres, têm de encarar hoje. Como ilustração deste ponto, cito parte do trabalho apresentado por Mrs. Washington, que é Directora Adjunta dos programas de educação para mulheres do Ministério do Trabalho dos Estados Unidos, casada com o Presidente da Câmara de Washington. A certa altura da sua exposição, que tinha como tema a procura da realização pessoal no trabalho, diz o seguinte:

"As mulheres têm sido sempre tentadas a aceitar os pontos de vista tradicionalmente condicionados e concebidos pelos homens. E tanto assim é, que os homens têm sido considerados como pesso

as, as mulheres que trabalham como semi-pessoas, e as mulheres que ficam em casa como não-pessoas. É lícito, por isso, perguntar o que é que quer dizer a realização de uma semi-pessoa ou de uma não-pessoa.

O conceito de realização pessoal supõe a reconsideração de todas as mulheres como pessoas, isto é, com a liberdade de escolherem uma entre muitas alternativas para a sua vida.

E, como será possível falar de realização para alguns membros, se a possibilidade de realização pessoal está completamente excluída para outras por causa do seu sexo, da sua cor ou de outras limitações resultantes de preconceitos sociais? Não pode conseguir-se uma realização pessoal numa sociedade em que

alguns são oprimidos.

Há um velho provérbio que diz que não é necessário que nós consigamos realizar os nossos objectivos, mas é necessário que todos nós trabalhemos para esses objectivos. E assim posso dizer que aquilo que nós procuramos como mulheres é uma sociedade global, onde cada indivíduo tem oportunidade de lutar para o maior bem-estar de todos. Temos, sem dúvida, de poupar energia, mas temos de poupar sobretudo energia humana. Nós temos suficiente energia humana para melhorar as condições de todos nós, se não dissiparmos essa energia no luxo do ódio e da competição destrutiva entre grupos, sexos e classes".

2. Significado político

O projecto relativo ao "Papel das Mulheres na Economia" foi introduzido na OCDE pelo Representante Permanente do Governo dos Estados Unidos. É fácil verificar que o interesse deste tema para os Estados Unidos se encontra presente no relatório económico do Presidente, transmitido ao Congresso em Janeiro de 1973.

Fundação Cuidar o Futuro

É importante notar que, pela primeira vez na história dos Estados Unidos e na história de qualquer país, um orçamento do Estado inclui como proposta governamental um capítulo inteiramente votado ao problema do papel económico das mulheres. Nesse relatório, o papel económico das mulheres vem a par de capítulos tão importantes como a luta anti-inflacionista ou o equilíbrio monetário internacional.

Este capítulo encontra-se, porém, subordinado aos grandes objectivos em curso na economia

desde 1946: o emprego máximo e a máxima produção.
Nesta óptica, refere o relatório que um dos aspectos mais importantes da mudança na economia norte-americana neste século reside principalmente na proporção das mulheres que passaram a trabalhar fora de suas casas, "contribuindo substancialmente para o aumento do Produto Nacional Bruto". Dados os objectivos indicados, de máximo emprego e máxima produção, o relatório encara este facto dizendo:

Fundação Cuidar o Futuro

"Entendemos o significado deste objectivo, que é relevante no contexto presente, da seguinte forma: as pessoas deveriam ser capazes de trabalhar nos empregos em que fossem mais produtivas. Ora, isso aplica-se tanto aos homens como às mulheres".

A análise dos vários capítulos deste relatório, que cobre elementos de ordem histórica como seja a criação de um Comité Consultivo sobre o papel económico das mulheres, elementos de ordem fac-

tual como a participação das mulheres no mercado de trabalho, as condições das mulheres trabalhadoras em 1973, o desemprego, o aumento das diferenciações no desemprego entre homens e mulheres, e factores de ordem sócio-cultural como sejam os modelos, a educação, as discriminações diversas em função de diferenciações de papel socialmente definido e introjectado como tal. A análise deste relatório conduz, pois, à compreensão da óptica particular do Governo dos Estados Unidos em relação à vida económica e, necessariamente, em relação à mulher na vida económica.

A transformação que, durante a reunião, sofreu a própria organização dos problemas, é ilustrada pela comparação entre a óptica que acabo de mencionar e a que Edgar Faure, quando Ministro das Questões Sociais em França expôs no prefácio ao livro "Place aux Femmes", escrito pela Secretária Geral do Comité do Trabalho Feminino:

"As mulheres que trabalham estão hoje, mais e melhor do que os homens, em contacto com uma visão global da vida, que ilumina o trabalho, o lazer, as responsabilidades familiares, a transmissão de valores culturais e morais. A sua situação ambígua, oprimida, muitas vezes discriminada no mundo do trabalho, a necessidade em que estão muitas vezes, não de escolher, mas na realidade de acumular várias ocupações, a sua vocação actual, que é a de se baterem em todas as frentes e a de fazerem face a uma total diversidade de tarefas e de preocupações, dão-lhes acesso, à custa de um esforço gigantesco, a um conhecimento excepcional de todos os aspectos da vida moderna. Ora, a oportunidade de uma visão global, é que ela pode implicar a procura de uma finalidade globalizante. Constantemente obrigadas a organizar e a repartir, as mulheres são assim, sem dúvida, também

obrigadas a reflectir sobre um modo melhor de viver. Por isso, estão em posição de dar ao seu destino um significado dada vez mais forte, de destrinçar, para as desmontar, todas as formas de alienação que gera a sociedade moderna. Evidentemente que isto não se realiza sem muitas e graves dificuldades...

Quais serão as prioridades que as mulheres darão, finalmente, a essa forma de viver? Eu diria que é um humanismo igualitário sem hierarquias pré-estabelecidas - seria paradoxal que as mulheres procurassem recriar aquilo que tiveram que destruir para afirmar-se; uma dinâmica na procura do bem comum e da verdade individual - uma vez que elas foram, no passado, desencaminhadas no culto de uma vocação uniforme e sem perspectivas; uma sistematização do grupo participativo para todas as

actividades da vida - pela transmutação da noção de família, quer ela se chame equipa, clube ou colectividade de bairro; uma necessidade imperiosa de guardar à vida as suas qualidades essenciais, quer dizer, o rigor e a generosidade".

Fundação Cuidar o Futuro

CAPÍTULO II

As principais recomendações da reunião de Washington

Limitar-me-ei a indicar as recomendações que a reunião elaborou para apresentação à Comissão das Questões da Mão de Obra e Sociais da OCDE. O espírito que orienta essas recomendações esteve presente na maior parte das intervenções feitas durante a reunião, e foi formulada em termos de introdução às recomendações pela representante da França. Nessa introdução, salienta-se que o papel da mulher na economia deve ser visto, não como um problema em si, limitado a esse grupo social, mas como um problema mais amplo da mulher, considerada globalmente na sociedade e na vida económica, quer dizer, a óptica desta reunião leva a dizer que o tema "o papel das mulheres na economia" se traduz, afinal, num tema muito mais amplo. Não se trata, prioritariamente, de um grupo a ser protegido por se debater com problemas especiais, mas de um gru-

po que, ao fazer a sua entrada maciça na vida social e económica, traz consigo uma nova reestruturação da sociedade e da economia. As principais recomendações dizem respeito ao estudo necessário para essa nova reestruturação da sociedade e da economia.

As recomendações não têm nenhuma ordem lógica, porque foram elaboradas rapidamente e foi sobretudo uma exigência de momento que levou a numerá-las. Não estão, portanto, escritas segundo uma ordem de prioridade. Sublinharei, no último capítulo, o conteúdo que leva a dar a cada uma destas recomendações uma particular urgência.

1. Recomenda-se que a OCDE constitua um grupo de peritos para redefinir os dados e as estatísticas sobre a mulher na economia;
2. Recomenda-se que a OCDE estimule a criação de um grupo de traba-

lho para estudar a igualdade de oportunidades e verificar em particular as condições de acesso das mulheres às posições de management e de supervisão nos vários sectores da economia;

- 3 . Recomenda-se a formação de um grupo de trabalho sobre o problema do salário igual;
4. Recomenda-se que, através da OCDE, seja levado ao conhecimento da OIT o juízo que os peritos da reunião formulam sobre as convenções que dizem respeito à situação das mulheres;
5. Recomenda-se que nos diferentes Países se proceda à revisão de todas as leis que afectam negativamente a situação das mulheres;
6. Recomenda-se que o Secretariado da OCDE procure informação adicional sobre os mecanismos de seguro de desemprego ou dos benefícios equivalentes que são fornecidos às tra-

balhadoras nas situações de desemprego;

7. Recomenda-se que a OCDE, através dos seus órgãos competentes, tente verificar e estimular a realização de currículos escolares idênticos para os dois sexos, em todos os países que fazem parte da Organização;
8. Recomenda-se a formação de um grupo de trabalho que tenha como principal objectivo a questão da informação e da orientação vocacional das mulheres, sobretudo no domínio das profissões técnicas;
9. Recomenda-se que seja formado na OCDE um grupo de trabalho especial sobre a questão dos equipamentos para a primeira infância;
10. Embora não formalmente, recomenda-se que a OCDE constitua um grupo de trabalho sobre os trabalhadores

emigrantes, tendo como foco o efeito da emigração no papel das mulheres na economia;

11. Recomenda-se que a OCDE constitua um grupo de trabalho sobre a flexibilidade das horas de trabalho, com ênfase especial na situação da mulher;
12. Recomenda-se que a OCDE constitua um grupo de trabalho sobre a estrutura das corporações multinacionais e sobre os seus efeitos relativamente ao papel das mulheres na economia;
13. Recomenda-se que o relatório que serviu de base a esta reunião seja publicado sob uma forma revista, como um dos documentos da OCDE, dentro da série "trabalhadores especiais".

CAPÍTULO III

Elementos da reunião de Washington a serem considerados como aspectos de estudo pela Comissão para a Política Social relativa à Mulher.

1. A importância do trabalho das mulheres na vida social.

Foi assinalado por William Felner, membro do Comitê dos Conselheiros Económicos do Presidente Nixon dos Estados Unidos, que se está neste momento perante uma mudança radical no que diz respeito à intervenção da mulher na vida pública. Acentuou que houve, nas últimas décadas, uma mudança na participação crescente das mulheres no mercado de trabalho traduzindo-se sobretudo numa transferência do trabalho das mulheres de casa para fora de casa. O problema de ordem económica que levanta é o seguinte: "Como medir a contribuição das mulheres para a economia?" Considera que não há investigação que possa dar a resposta sobre qual o destino do ho-

mem e da mulher no mercado do trabalho ou fora dele. No entanto, isso não significa que se limite o problema apenas a uma verificação estatística. Esta transferência de trabalho da mulher da casa para fora de casa requer uma análise que a simples estatística não pode dar. Não entanto, pressente-se com uma certa intuição, que seria necessário obter instrumentos para poder analisar a constante alternância no destino de um e outro sexo. Verifica-se que essa crescente participação das mulheres na economia dá lugar a um saldo intuitivo. Podemos dizer que estamos perante um dos factos da história em que uma acumulação de dados quantitativos veio trazer uma mudança qualitativa. Ora, é essa instituição de uma mudança, de um salto de que não se percebe ainda nem a amplitude nem os contornos que está na base de todo o problema. A questão que fica de pé é a de saber o que se pode inferir dos dados científicos.

O problema foi depois retomado em outras intervenções, em quatro aspectos fundamentais.

Põe-se em primeiro lugar o problema do uso da estatística em comparação com os estudos micro-sociais. Quanto à estatística propriamente dita, levantam-se as seguintes questões:

- A necessidade de fazer uma listagem das questões onde o sistema estatístico conduz a erros possíveis (é caso típico a estatística relativa às mulheres na agricultura consideradas em alguns países como economicamente activas e noutros como economicamente não activas);
- A necessidade de desenvolver o conceito de margem de erro no domínio da estatística aplicada ao trabalho das mulheres;
- A necessidade de um grupo de trabalho para elaborar novos métodos estatísticos que se apliquem a este grupo social.

Parece tornar-se evidente que, na falta de uma intuição mais profunda que permita a interpretação da situação das mulheres no mundo do trabalho, existe uma hiper-preocupação com os números e com os factos sem a possibilidade de lhes dar um tratamento adequado. Para a redefinição dos dados e das estatísticas parece indispensável salientar o papel importantíssimo dos indicadores sociais que, embora não estejam no primeiro plano do pensamento dos países de economia competitiva, são indispensáveis para uma nova reestruturação da própria economia.

Em segundo lugar, a utilização da estatística comparativa entre os dois sexos, põe também um problema que transcende a própria metodologia. Põe o problema filosófico de considerar se o problema dos direitos das mulheres são vistos enquanto direitos de indivíduos ou enquanto direitos de um grupo que tem sido, ao longo dos séculos, socialmente discriminado. Conforme nos situemos numa ou noutra pers-

pectiva, estaremos a seguir, por um lado, uma forma tradicional, conformista, que tenta aplicar a todos o direito vigente e que portanto não introduzirá novos valores nem novas formas de encarar a vida na sociedade, ou estaremos a introduzir uma alavanca de progresso, uma inflexão, nas sociedades de que as mulheres são parte e a que, pela sua entrada maciça no mundo do trabalho, poderão dar uma nova orientação.

Fundação Cuidar o Futuro

Em terceiro lugar, põe-se o problema metodológico de possibilidade de comparação entre os dados fornecidos pelos vários países. É que não só os métodos estatísticos variam, como variam ainda os sistemas de valores de cada sociedade. Podemos dizer que as estatísticas são relativamente falsas quando trabalhadas em termos de comparação entre países ou sociedades diferentes. Daí ter-se revelado indispensável caminhar para o que é a estatística relativamente à situação da mulher, para concluirmos eventualmente alguma coisa quanto à comparação de dados fornecidos por diferen-

tes países, bem como quanto às grelhas de observação a utilizar pelos vários países.

Um exemplo desta dificuldade de comparação encontra-se entre dois casos extremos: a questão da mobilidade de trabalho e o seu significado nos Estados Unidos e no Japão. Assim, os Estados Unidos aparecem-nos com uma mobilidade de emprego caracterizando a própria promoção e a possibilidade de rendimento económico, uma vez que, nesse condicionalismo socio-cultural está provado não se poder permanecer na mesma tarefa de forma criadora para além de um determinado número de anos. Ora, o Japão apresenta-nos um critério inteiramente oposto. Aí, é a senioridade que constitui o elemento determinante da promoção hierárquica dentro do emprego, uma vez que o próprio conceito de emprego é "emprego para a vida". Institui-se, portanto, entre o empresário e o trabalhador, uma ligação que tem implícita a noção de promoção, sem que factores de rendimento ou outros venham alterar a sua evolução ao longo do tempo. Perguntar-se-á então como será possível comparar os dados quanto à rotação de emprego das mulheres e mesmo quanto ao desemprego, quando estão em jogo dois sistemas de valores absolutamente opostos que se baseiam não em dados de ordem política ou de ordem económica, mas sobretudo em dados de ordem cultural.

Creio que teria o maior interesse que, a plano internacional, se fizesse uma listagem dos problemas que, à semelhança do exemplo indicado, veiculam os valores subjacentes a cada cultura.

Nacionalmente, parecer-me-ia importante que nos diversos problemas que a Comissão para a Política Social relativa à Mulher tem a seu cargo, se fossem anotando aqueles que parecem estar ligados a um perfil socio-cultural do País, independentemente de aspectos de conjuntura ou de orientações de ordem política.

A quarta questão que se põe, relativamente à utilização das estatísticas, é a de saber se na comparação inter-sexos não está subjacente a ideia de que as mulheres devem seguir necessariamente os modelos de emprego e de actuação dos homens. A questão está em saber se existe suficiente imaginação para novos empregos que venham servir novas necessidades de uma sociedade que não encontra solução para

a resolução das suas aspirações e dos seus problemas fundamentais.

2. A estrutura do emprego e do desemprego das mulheres.

Um ponto importante sublinhado pela delegada da Itália é o facto de o trabalho a domicílio ser realizado usualmente por mulheres, mesmo em áreas desenvolvidas como a área de Milão, e não unicamente em áreas muito subdesenvolvidas como era de certa maneira pressuposto até há pouco tempo. Isto levanta a seguinte questão: o trabalho a domicílio será um fenómeno universal, revelando a necessidade da mulher de conjugar uma ocupação profissional com as responsabilidades inerentes à vida familiar?

O segundo aspecto, anotado pela Relatora, diz respeito à noção de disposições potenciais para o emprego. Nota-se, da análise dos relatórios

dos diferentes países, que essas inscrições potenciais para emprego são diferentes quando se trata de homens e quando se trata de mulheres. Assim, para os homens não há o conceito que são apenas "latentes", que são possibilidades, que são pessoas em condições potenciais para o emprego. Já para as mulheres o problema se põe de forma totalmente diferente. Fala-se, então, em potencial possível para o emprego. Revela-se nesta diferença uma atitude diferente perante um e outro sexo, relativamente ao emprego, sobretudo uma relação especial da mulher ao emprego. Podemos dizer que a relação da mulher ao trabalho não é biunívoca, intervindo nessa relação outros factores que no seu conjunto virão a estabelecer com a mulher essa relação biunívoca. Daí a verificação da seguinte questão como prioritária na análise da participação da mulher no mundo do trabalho: - Quais são as atitudes que, no substracto socio-cultural de cada sociedade, condicionam a participação da mulher no mundo do trabalho, intervindo como outros factores de possíveis relações biunívocas?

Em terceiro lugar, a observadora dos Estados Unidos já citada acentuou que muitas vezes a escolha da vida familiar durante um período da vida activa das mulheres representa uma real acumulação de talentos e um potencial enriquecimento para a vida social. Acentuou, por isso, a necessidade da definição do valor social, económico e técnico de tarefas exercidas na vida familiar, tais como tarefas de administração, tarefas de gerência e organização, tarefas de educação, etc. A certa altura, declarou,

"Talvez deveríamos pensar quais os meios de avaliar e de dar o devido crédito à capacidade de organização das mulheres que podem trazer ao trabalho profissional os talentos de organização e de compreensão funda dos problemas que se desenvolvem durante os primeiros anos da vida familiar. Em vez de olharmos para as mulheres que, por uma variedade de razões, passam alguns anos inteiramente

responsabilizadas pela vida familiar, em vez de as olharmos como pessoas que desapareceram do mercado do trabalho, talvez as devessemos ver como pessoas que estão fazendo uma espécie de estágio contínuo numa variedade de ocupações profissionais".

A delegada da França acentuou mais uma vez neste contexto que a análise estatística não dá, de modo algum, a verdade da situação da mulher, uma vez que o emprego da mulher tem as suas próprias leis. Sugeriu, assim, que se tentasse determinar quais os agentes de modificação dos critérios de avaliação da situação das mulheres no emprego.

A delegada da Bélgica sublinhou esta questão da especificidade da situação da mulher em relação ao emprego. Pergunta-se, ao definir o desemprego para as mulheres, onde se encontra a

oferta real de mão de obra feminina e onde se encontra a procura real de emprego. Parece uma dificuldade real compreender que leis segue a mão de obra feminina quando utilizada, e por isso que leis segue o desemprego das mulheres. Evidentemente que entram aqui numerosos factores, entre os quais as bolsas de emprego, a proximidade do local de emprego em relação ao local de habitação, a compatibilidade entre o trabalho realizado pela mulher e o trabalho realizado pelo marido, a capacidade de treino técnico para o emprego potencialmente disponível, etc.

Creio que neste conjunto de problemas se pode enunciar a questão relativa à tentativa de definição do emprego feminino a realizar em colaboração entre a Comissão para a Política Social relativa à Mulher e o Serviço Nacional de Emprego.

leva a pôr as questões noutros termos.

A interrogação que se levanta, e a que gostaria de dar o devido destaque para trabalho conjunto da Comissão e do Serviço Nacional de Emprego e do Serviço de Formação Profissional, é a seguinte:

- Quais são as qualidades de permanência de treino ao nível do ritmo manual que são necessárias na formação profissional permanente, sem passar necessariamente pelo aspecto de educação escolar?

Entre as experiências realizadas em vários países, vou destacar uma experiência realizada na Suécia para mulheres acima dos 35 anos que, após terem realizado as tarefas de educação dos filhos,

querem entrar de novo para o mercado de trabalho.

Trata-se de um curso de cerca de 5 semanas. Seis a oito pessoas encontram-se com dois animadores para tentar conhecer melhor o mercado de trabalho. Durante as primeiras duas semanas vêm quais são as ocupações em que estão eventualmente interessadas. Vão trabalhar depois nessas ocupações, sendo pagas durante esse tempo, e voltam depois a encontrar-se com os dois animadores do grupo, que vão ajudar a tomar a decisão final.

Fundação Cuidar o Futuro

Verifica-se que este tipo de curso tem tido várias vantagens. Assim, torna as pessoas seguras de si próprias, dá-lhes confiança na medida em que se processa não só uma aprendizagem técnica, mas também uma aprendizagem de ordem cultural e, mais do que isso, dá-se uma verdadeira terapia psicológica, visto que a reentrada no mercado de trabalho vem profundamente afectada de desconfiança, complexo de inferioridade, desejo de agradar, etc. O resultado destes cursos foi tão significativo que, embora tenham começado para mulheres no segundo máximo relativo da curva M,

são agora não só mistos, mas também realizados entre trabalhadores manuais e trabalhadores intelectuais, verificando-se, no termo desses cursos, a transposição de um para outro sector, indiferentemente.

Seria interessante verificar ou tentar estudar, ainda que fosse apenas em pequeno projecto piloto, relativo a trabalhadoras com diplomas de escolas comerciais e industriais, quais seriam as consequências de treinos desta linha para uma gradual eliminação da excessiva abertura do leque salarial entre as diferentes classes no nosso país. Gostaria de referir este problema ao Gabinete de Planeamento do Ministério das Corporações, e, eventualmente, ao Ministério da Economia.

Uma outra experiência realizada na Bélgica mostra o sucesso do ensino por correspondência, em que cerca de 70% dos alunos são mulheres. Este tipo de ensino é limitado, e só é possível para certas profissões. Ainda na Bélgica, a formação na empresa tende a desenvolver-se de forma legislativa, uma vez que os empresários têm tendência a não formar mulheres, com a ideia pre-concebida de que esse treino não é rentável. Verifica-se que o ensino da noite não tem frequência de mulheres, pois só 6% dos trabalhadores que estudam à noite são mulheres.

Um dos problemas fundamentais quanto à questão da discriminação sexual em termos de papéis atribuídos tradicionalmente a um e a outro sexo, é o modo como se orienta a educação escolar.

Assim:

- a Suécia introduziu agora o treino para educadores de infância aberto a homens, ao mesmo tempo que fez um esfor-

ço especial no sentido de treinar mulheres no domínio dos computadores;

- o Canadá acentuou que importa analisar se a educação de crianças de ambos os sexos é susceptível de mostrar que o mundo do trabalho, qualquer que ele seja, está aberto aos dois sexos de igual modo, aparecendo isto decisivo na futura orientação dos rapazes e das raparigas quanto à sua carreira profissional;

- a França acentuou que, dada a importância de pôr a imaginação ao serviço das novas gerações, uma das questões fundamentais a levantar é a de descobrir qual a idade em que é indispensável e necessário dar caminhos de orientação profissional;

- verificando-se que, em determinados países, as raparigas que não têm formação de base são aquelas que são mais fiéis a qualquer tentativa de recicla-

gem, os Estados Unidos levantam a questão de se saber de facto os diplomas não são afinal um instrumento que faz "écran" a uma polivalência de ocupações e de orientação profissional susceptível de tornar a pessoa feliz ao longo de diferentes fases da sua existência. É de notar que o estudo feito nos Estados Unidos é a população jovem masculina que, uma vez terminada a escola secundária ou "colleg", se movimenta de forma totalmente arbitrária e quase anárquica de um para outro trabalho, como se andasse experimentando o mercado de trabalho, é essa população que finalmente acaba por ter empregos melhores e com mais condições de produtividade.

Na apreciação destas questões, julguei

discernir uma certa preocupação "feminista", no sentido de se pensar que as mulheres devem fazer exactamente as mesmas coisas que os homens, e vice-versa. No entanto, houve simultaneamente durante a reunião uma tendência para acentuar a diferenciação normal entre os dois sexos, levando à convicção de que a igualdade se constrói nessa diferenciação - ou a recíproca, a diferenciação se constrói a partir dessa igualdade. O que parece ser indispensável é conseguir na sociedade um conjunto de medidas que tornem a igualdade de oportunidades possível, mas que deixem a mulher inteiramente livre de escolher, e não apenas um mero instrumento do mercado de trabalho.

Uma sugestão seria a proposta ao Ministério da Educação de um estudo no seguinte domínio: - Qual é a mobilidade e a capacidade de reorientação profissional das pessoas possuidoras de diplomas num e noutra sexo?

4. Diferenças de estatuto económico entre os sexos.

No entender de todos os peritos presentes na reunião de Washington, trata-se do problema-chave ou problema-nó de inserção da mulher na vida económica (importa salientar que o relatório preliminar do Grupo de Trabalho para a Participação da Mulher na Vida Económica e Social apontou justamente este problema como um problema-nó de inserção da mulher na vida social e económica, e por isso ele constituía um dos dois estudos de base realizados e apresentados superiormente), Preferiu, no entanto, o grupo de peritos reunido em Washington, utilizar o conceito de igualdade de oportunidades como linha mestra de toda a problemática que aqui se insere, uma vez que o salário igual decorre de uma possibilidade de igualdade de oportunidades em termos de distribuição das tarefas domésticas, em termos de acesso à educação, em termos de treino para as mesmas ocupações, etc.

A Austrália acentuou especialmente a importância da igualdade de oportunidades, notando que a igualdade salarial pode nada representar se não for conseguida sobretudo através da actividade sindical.

A representante do Secretariado da OCDE acentuou, confirmando outras intervenções, que os empregos actuais nunca foram reclassificados. Estamos a trabalhar com uma lista de PIT de há muitos anos, julgo que de 1934. Essa lista nunca foi reactualizada.

Neste contexto, dois importantes aspectos que o Grupo de Trabalho a formar para este problema deverá ter em conta, serão os seguintes:

Em primeiro lugar, importa identificar os impedimentos específicos da igualdade de oportunidades entre os homens e as mulheres. Não se trata apenas de falar de um chauvinismo masculino, mas trata-se de diagnosticar no pormenor os obstáculos

concretos, calculando as consequências nos sectores limitados da economia em que se manifestam, bem como na economia global do País. Os modos de identificar esses impedimentos específicos para a obtenção da igualdade de oportunidades deverão circular entre os vários países participantes no projecto da OCDE de modo a permitir um trabalho de investigação em profundidade.

Em segundo lugar, impõe-se elaborar as normas para a classificação dos postos de trabalho em diferentes actividades, de modo a tentar responder à questão: por que é que o operário da cadeia de produção Renault recebe três, quatro, dez vezes mais que a operária da cadeia de produção Philips? O problema que aqui está em causa e que foi longamente discutido é o da não existência de uma classificação inter-posto de trabalho disponível ao plano internacional, nem tão pouco em nenhum dos países do mundo. Ora, para fazer face ao problema da igualdade de oportunidades, deve-se fazer face também à necessidade de classificação dos postos de trabalho.

Este estudo permitirá levar mais longe a questão tão largamente debatida de que todas as profissões deverão estar abertas às mulheres. É inegável que, para se conseguir uma igualdade de salários e de outras condições de trabalho para os dois sexos, é necessário proceder àquilo que os franceses chamam "la mixité des fonctions". Simultaneamente, é certo que as mulheres, num regime de inteira igualdade de direitos, se orientam preferencialmente e duma forma macro-sociológica para aqueles sectores em que as suas capacidades específicas lhes dão maior satisfação, e que podem também assim, do ponto de vista da economia, serem mais rentáveis. Ora, para que essas indústrias ou esses sectores de actividade se não transformem em profissões femininas, logo com menor salário, torna-se indispensável, também nesta óptica, fazer uma classificação renovada, ou inteiramente nova, inter-postos de trabalho.

Os Estados Unidos realizaram um estudo único no mundo relativamente à estrutura das expectativas das mulheres relativamente ao seu trabalho. Este es-

tudo parte do princípio de que a estatística tradicional apenas é um instantâneo da realidade e não traça o seu desenvolvimento histórico. Na análise longitudinal, trata-se de ver o processo de desenvolvimento no tempo das atitudes perante o trabalho. A análise foi feita sobre 25.000 pessoas entre os 14 e os 24 anos. As mesmas mulheres foram entrevistadas durante 5 anos. Foram analisados factores muito variados relativos às atitudes ocupacionais, à localização, à duração do emprego, à mobilidade, às tentativas de medição de alienação do trabalhador, etc. O estudo custou ao Governo Americano quinze milhões de dólares e tem um interesse extraordinário para todos os países, mas levanta algumas questões. Por um lado, trata-se de saber se a evolução encontrada nas atitudes de uma camada da população ao longo de 5 anos não são determinadas por factores culturais tão ou mais fortes do que a força da economia. Embora ressalte à evidência para o observador estrangeiro que esse estudo coincide com o desabrochar dos movimentos de libertação da mulher nos Estados Unidos, os órgãos oficiais, em particular o Ministério do Trabalho e a Ohio State University, onde a investigação final foi conduzida, rejeitam qualquer interpretação que de longe sugira uma possível ligação dos dois fenómenos. Em segundo lugar este estudo, embora seja de uma profundidade enorme, não conduz à definição de indicadores sociais com possíveis repercussões tanto para as mulheres como para os homens. Daí que tenha sido acen

tuada, sobretudo pelo Secretariado da OCDE, a importância de este estudo ser utilizado para uma extracção de alguns indicadores sociais relativos à relação da mulher com o trabalho.

Creio que, se isso fosse considerado oportuno, este trabalho poderia ser objecto de uma primeira análise, através da Comissão Inter-Ministerial de Indicadores Sociais, que por seu turno está ligada à Comissão dos Indicadores Sociais da OCDE.

Fundação Cuidar o Futuro

5. Sistema de impostos e encargos sociais.

O pano de fundo para esta discussão foi introduzido pelo Canadá, que apresentou o esquema mais importante neste domínio. Partiu do conceito de unidade familiar (que julgo ser o equivalente da expressão "convivência" usada no censo por-

tuguês em 1970). Assim, esta unidade familiar pode ser constituída pelo pai, mãe, filhos, por grupos de várias origens, pelas comunas modernas, etc. Qualquer destas definições tem uma implicação muito grande na situação das mulheres casadas, na medida em que ao alargar-se o conceito de unidade familiar, o sistema de impostos que abrangia o casal passa a ter expressão diferente. O Canadá acentuou o reconhecimento do valor dos serviços domésticos não pagos, tais como os serviços da agricultura das pequenas unidades familiares, considerando que o trabalho não pago realizado na vida doméstica entra na definição de mão de obra economicamente activa. Por outro lado, acentuou também o problema da separação falsa e pouco conforme com a realidade entre os impostos e as medidas de segurança social. Na verdade, um imposto tem sempre, por definição, um objectivo social. As medidas de segurança social são também, por definição, medidas de ordem social. Ora, a separação destes dois conceitos, quer na atitude de cada cidadão, quer na sua administração pelos poderes pú-

blicos, conduz a uma certa esquizofrenia no povo, impedindo assim uma compreensão da responsabilidade colectiva de uns para os outros ao nível das infraestruturas económicas da sociedade. É curioso notar que a partir do problema dos impostos sobre as mulheres e do sistema relativo ao trabalho e aos impostos, se acabe por tocar finalmente um problema fundamental da estruturação socio-económica de cada país. A sugestão do Canadá é a de se formular um conceito-chapéu de transferências económicas em que são considerados no seu conjunto os impostos e os mecanismos de segurança social.

Seria interessante pensar na possibilidade de uma discussão deste conceito-chapéu de transferências económicas entre o Ministério das Finanças e o Ministério das Corporações e Segurança Social. Creio que estaríamos assim em condições de tornar a nossa política fiscal uma política de objectivos mais claramente sociais.

Neste ponto da ordem do dia houve uma clara separação de opções ideológicas entre os Estados Unidos, por um lado, e os restantes países presentes, por outro. Na verdade, para a Austrália, para os países escandinavos, para a própria França, os benefícios de ordem social são direitos intrínsecos à vida, enquanto para os Estados Unidos, os benefícios de ordem social são parte de um esquema basicamente relacionado com a capacidade de ganhar, isto é, de trabalhar, e é esse esquema dependente do ganho que vai afectar completamente todo o sistema de impostos e todos os benefícios de ordem social. É certo que, conjuntamente com o sistema público de impostos, há ainda nos Estados Unidos um sistema muito complexo do que se pode chamar a área das pensões privadas, em que se trata de negociações entre empresários e trabalhadores e que escapem completamente ao controle do Estado.

Julgo que também aqui valia a pena
fazer uma verificação no caso portu

guês, no sentido de saber até que ponto o esquema de segurança social, no nosso caso para as mulheres, está ligado à capacidade de trabalho e de ganhar a vida, ou realmente decorre de um direito fundamental da pessoa enquanto tal. Creio que esta afirmação, a ser tomada desta maneira, levaria a repensar não só os capítulos da "Regulamentação do Trabalho Feminino" que dizem respeito a benefícios de ordem social, como a exercer talvez até uma certa influência para que, simultaneamente, outros diplomas venham retirar à Regulamentação do Trabalho Feminino, neste domínio, a expressão demasiadamente ligada à capacidade de trabalho que revela.

6. O seguro de desemprego

O seguro de desemprego é um sistema praticado em todos os países com muitas variações e em condições muito diversas. Basta notar que nos Estados Unidos as medidas legais que consideram a possibilidade de seguro de desemprego durante a gravidez, em 9 Estados são consideradas como não constitucionais. Alguns dos aspectos importantes tocados neste domínio, foram os seguintes:

Fundação Cuidar o Futuro

- Na Dinamarca o sistema de seguro de desemprego é tal que, se as pessoas permanecem desempregadas, recebem 90% do salário até se atingirem um determinado patamar; o seguro de desemprego funciona tanto para os trabalhadores a tempo inteiro como para os trabalhadores a tempo parcial;

- O Governo Francês ajuda com um abono de mobilidade equivalente a um mês de salário, os jovens

que desejam encontrar um emprego noutra cidade;

- O seguro de desemprego aparece na Finlândia como uma consequência lógica do diretito ao trabalho. Só em 1970 a Constituição Finlandesa incluiu a afirmação do direito ao trabalho, mas logo imediatamente fez decorrer daí a existência do direito ao emprego e se, face a esse direito, a sociedade não está capaz de fornecer o emprego, surge o direito aos benefícios do desemprego;

Fundação Cuidar o Futuro

O Japão acentua que as mulheres casadas tendem a deixar o emprego. Ora, dado o alto nível de industrialização do Japão, pergunta-se se são desempregadas potenciais. A questão não foi resolvida, o problema ficou de pé, e ficou de pé justamente para tentar saber se na sociedade industrializada ocorre necessariamente um único modelo da chamada curva M com retorno da mulher ao trabalho depois de um período de actividades domésticas, ou se há que encarar modelos diferentes nas sociedades já muito industrializadas.

Creio que a sugestão do "salário de mobilidade" seria de referir ao Serviço Nacional de Emprego como uma medida curiosa, e sobretudo para poder estimular a fixação de jovens em regiões em que o desenvolvimento possa ter condições positivas para de alguma maneira desfocar grandes polos urbanos e de industrialização.

Fundação Cuidar o Futuro

7. O subsídio de maternidade

Encontramos aqui uma certa homogeneidade quanto à fidelidade aos elementos principais das convenções do BIT, embora com sistemas de aplicação diferentes dentro da lógica cultural de cada país. Acentuarei três ópticas que me parecem portadoras de elementos culturais significativos:

- A delegada da Itália, como antropóloga

que é, acentua que no seu país a lei relativa à protecção da maternidade parte da convicção de que as crianças devem acostumar-se a creches antes dos 6 meses ou depois dos 18 meses, uma vez que entre os 6 e os 18 meses decorre um período extremamente delicado, em que a criança, se possível, não deve mudar de condições ambientais;

- O Japão tem um esquema em que a óptica principal é a da salvaguarda da saúde da mãe. Daí que tenha um período obrigatório de 6 semanas, que considera ser para proteger a saúde da mãe, e um período facultativo de outras seis semanas que considera para benefício da criança. Como comentário, parece-me importante sublinhar que no Japão não se aplicam de forma evidente as consequências da interpretação post-freudiana da estrutura da personalidade;

- Um terceiro aspecto diz respeito ao conceito, relativo a este problema, revelado pelos Estados Unidos. Na maior parte dos Estados, a

opinião das mulheres, assumida depois pelo próprio Governo, é a de que o repouso para a maternidade deve ser considerado segundo o mesmo ângulo por que é considerado qualquer outro impedimento à vida de trabalho. Assim, para o período do parto, a mulher usará uma licença de tipo corrente - ou as férias, ou uma licença por doença, etc. Parece-me fundamental sublinhar que, numa aparência de liberdade e de protecção até da vida privada das pessoas, o que é fundamental é que o ponto de partida é a capacidade ou não que a pessoa tem em determinado momento, incluindo o momento do parto, de trabalhar e ganhar dinheiro. A própria palavra usada pelos americanos é a palavra "disability", que exprime claramente uma sociedade e um sistema social baseados na capacidade de ser forte, trabalhar, ganhar dinheiro e ser inteiramente auto-suficiente do ponto de vista económico.

8. Igualdade de salários

Vou referir a política seguida em dois paí

ses por me parecer ter elementos com algum interesse, e referirei a seguir algumas questões de fundo.

- Os Estados Unidos estão a seguir, no domínio da igualdade de salários, uma política que me parece muito importante. Desde 1964 tem havido uma série de medidas legislativas tendentes a promover a igualdade de oportunidades, mas foi em 1973 que o Governo estabeleceu linhas de orientação relativamente à igualdade de salários entre os homens e as mulheres para as empresas com as quais o Governo estabelece um contrato de trabalho. Dessas linhas de orientação faremos um documento à parte. Entretanto, assinalamos aqui os seguintes aspectos:

- a entidade patronal não pode discriminar por causa do sexo; é proibido anunciar que para um determinado posto de trabalho só se querem homens ou só se querem mulheres;

- é perseguida a recusa de empregar uma mulher por causa do seu sexo;
- é ilegal classificar um trabalho como masculino ou feminino, por exemplo com tabelas separadas quer de promoção quer de listas de antiguidade;
- a entidade patronal não tem capacidade de restringir o emprego das mulheres casadas desde que não restrinja também o emprego dos homens casados;
- nos serviços de emprego é ilegal indicar uma especificação de sexo, a não ser que isso seja requerido pela própria função, como por exemplo a função de actriz;
- são também ilegais os inquéritos prévios quanto ao sexo de quem quer entrar no mercado de emprego;
- são ilegais quaisquer medidas que limitem o emprego das mulheres baseado no facto de que têm filhos.

- Em segundo lugar, a França, ao aplicar a sua lei recente sobre a igualdade de salários, fez-lhe acompanhar de uma medida especial da Inspeção do Trabalho, que aliás existe no nosso país, que é a possibilidade de verificação das fichas de salário da empresa, para comparar os salários dos homens e das mulheres.

Analizados os vários aspectos que contribuem para a igualdade de salários, acentuamos os seguintes:

Fundação Cuidar o Futuro

- a desigualdade de salários resulta não só da ilegalidade das negociações coletivas, mas também parece resultar da necessidade de vencer a dificuldade das camadas de salários elevados compreenderem a situação e as necessidades das camadas sociais que auferem salários baixos;
- é urgente a necessidade de se desenvolver a promoção horizontal e não apenas a promoção vertical, isto é, a possibi-

lidade de passar de um trabalho para outro promovendo, mas de tal maneira que essa promoção corresponde a uma maior responsabilidade, a uma maior dedicação ao trabalho, eventualmente e se for essa a tradição no País, até a uma maior antiguidade, a um treino adquirido através da seriedade no trabalho, mas não necessariamente a um nível em que a pessoa não se satisfaz e acaba por não ser rentável;

Fundação Cuidar o Futuro

- um factor fundamental pareceu-nos ser a confiança das mulheres em si próprias enquanto indivíduos e enquanto grupo social. Todos os países presentes na reunião confirmaram que as mulheres que conseguiram chegar ao topo da carreira são as que mais facilmente descriminam contra as outras mulheres.
- reafirmou-se a importância da influência dos meios de comunicação operada so-

bretudo nos últimos dois anos e os estudos que têm vindo a ser realizados nesse domínio;

- outra dificuldade para a igualdade de salários reside no desinteresse das mulheres pelas actividades sindicais, e portanto pela plataforma em que podiam lutar pela sua própria promoção. Reciprocamente, verifica-se que os sindicatos não estão muito interessados na promoção da igualdade salarial, na medida em que isso aparece, ao nível do inconsciente pelo menos, como uma ameaça para o homem;
- foi afirmada a necessidade de fazer uma análise constante da imagem que a mulher tem de si própria e o carácter indispensável de que se reveste uma reformulação da imagem (com efeito, num inquérito feito na Itália, 57% das mulheres que trabalham indicaram preferir ter um homem como chefe; 2% apenas in-

dicaram preferir ter uma mulher como chefe, e as restantes disseram que não sabiam o que preferiam).

Tudo o que diz respeito à imagem que a mulher tem de si própria constitui um aspecto muitas vezes citado nos trabalhos da Comissão, requerendo, em nosso entender, um trabalho de longo alcance educativo, que deveria ser feito prioritariamente por organizações não-governamentais.

Um ponto fundamental tocado neste domínio foi o da situação das organizações multinacionais. Elas constituem quase sempre indústrias de ponta, que empregam mulheres, e daí que tenha sido sugerida, (pela delegada da Bélgica), a necessidade de uma tabela controlada pelo BIT, para aplicação nas organizações multinacionais. Isso significaria uma

menor exploração das mulheres nos países sub-desenvolvidos e também uma limitação à movimentação de capitais de forma incontrolável entre vários países. Ao tocar o problema das corporações multinacionais, acentuou-se que se tratava de uma abertura radical, uma vez que a economia é uma questão mundial, dizendo respeito a todos os países conjuntamente. O caso concreto das mulheres mostra-nos que, para resolver problemas de ordem económica, como este, é preciso ir para além das leis nacionais, e sobretudo ir para além da satisfação nacional deste ou daquele país - ou altamente industrializado, dispensando a exploração da mão de obra menos qualificada, ou precariamente industrializado, acolhendo indiscriminadamente qualquer tipo de investimento industrial. Na recomendação relativa às corporações multinacionais os pontos que foram sobretudo salientados, foram:

- a importância do estudo da situação das mulheres dentro das corporações multinacionais, pondo as interrogações: até

que ponto é que as mulheres são mão de obra importante nessas corporações? Até que ponto é que a apetência de lucro provada pelos seus baixos salários está na base das decisões quanto a investimentos de corporações multinacionais? Contemplamos aqui os dois grupos, o grupo do trabalho manual e o grupo mínimo dos quadros dirigentes, técnicos e administrativos.

Fundação Cuidar o Futuro

O segundo problema é o impacto das corporações multinacionais no estatuto das mulheres e na sua possibilidade de contribuir eficazmente para o Produto Nacional Bruto, uma vez que se verifica que essas corporações realizam uma exploração da mão-de-obra em qualquer parte do mundo, mas de forma particular uma exploração da mão-de-obra feminina.

A este respeito, a Suécia gostaria de manter um contacto estreito com Portugal, de

modo a podermos estabelecer em conjunto quais as normas a recomendar aos Governos respectivos.

Ligado ainda ao problema dos salários, põe-se o problema da emigração e da sua repercussão. O êxodo dos homens provoca uma intervenção da mulher na economia como volante de reserva e daí, consequentemente, uma exploração do trabalho feminino no país exportador de mão-de-obra masculina. Nos países importadores, há um afluxo de mão-de-obra masculina mais barata, menos qualificada, provocando um decréscimo das possibilidades de ocupação das mulheres, que funcionam então, também nesses países, como volante de reserva. É curioso portanto notar que o mesmo grupo de homens, transferido de um país para o outro, tem exactamente o mesmo efeito no papel das mulheres na economia, quer no país subdesenvolvido de que partem, quer no país altamente desenvolvido a que chegam.

9. Equipamentos infantis

Este problema corresponde a um dos aspectos da vida das mulheres trabalhadoras mais debatidos pela OCDE. As duas interrogações de fundo que se põem são as seguintes:

- Que tipo de instituições e que grau de flexibilidade essas instituições devem possuir para que se possa resolver o problema de modo a atingir todas as camadas sociais;
- Quais as entidades com responsabilidade social em relação às crianças e às respectivas famílias.

Sobre estes pontos, pronunciaram-se quase todos os países presentes. Assim:

- A França passou em 4 anos do número de 400.000 mulheres com crianças com menos de 3 anos a 800.000 mulheres trabalhadoras com crianças de menos de 3 anos. 0

cuidado das crianças dos 3 aos 6 é assegurado pelo Ministério da Educação Nacional, isto tanto para as crianças filhas das mães trabalhadoras como para aquelas cujas mães não trabalham fora de casa. A partir dos 5 anos, a cobertura é de 100%, uma vez que todas as crianças já participam no equipamento escolar. Uma experiência importantíssima na França e que merece sublinhar-se, sobretudo nas suas consequências para a política familiar, são os centros de primeira infância ligados à escola primária. Nas cidades satélites, cria-se uma equipa inter-disciplinar, e tanto o edifício como a equipa têm uma capacidade polivalente. Assim, durante o dia funciona o centro infantil e a escola primária, enquanto à noite se utiliza como escola para os pais e para os filhos mais velhos - tem sobretudo a vantagem de as mulheres que trabalham (ou os pais) poderem entregar os seus filhos de 0 a 12 anos no mesmo edifício logo de manhã, em vez de os andar a distri-

buir pela cidade. Verifica-se que esta solução permite o aproveitamento total.

- Os Estados Unidos acentuam a grande dificuldade de a grande maioria das mulheres americanas não usarem equipamentos infantis, por duas razões: por causa do seu preço e por causa da dificuldade de acesso. Estão em curso, em todo o país, cerca de 300 ou 400 programas experimentais mas que não cobrem de modo algum as necessidades. Daí a importância da figura da mãe, uma vez que nenhuma outra instituição parece poder assegurar a continuidade da relação criança-adulto. Os Estados Unidos no seu conjunto - e como é lógico, dada a ideologia dominante - não têm uma posição definida. Há uma certa hesitação nos vários Estados, dado que se reconhece que os recursos têm de ser muitíssimo elevados para o estabelecimento de instituições quando se comparam estes recursos com a influência que ainda tem a vida familiar na formação das crianças neste País. E uma vez que as instituições colectivas são muito caras, per

gunta-se se economicamente as instituições de equipamentos infantis são rentáveis ao beneficiarem mulheres que estão em tarefas marginais; a interrogação que se põe é a de saber se a intervenção não deveria ser sobretudo através das mães, dos seus salários, do tipo de ocupação que têm, de modo a eliminar as disparidades socio-económicas.

- No Canadá o princípio fundamental é a afirmação de que a responsabilidade das crianças pertence não só ao pai e à mãe como a toda a sociedade. Foi acentuado que países como o Canadá e os Estados Unidos, em que existiu, durante 2 séculos pelo menos, uma radical separação entre a Igreja e o Estado, persiste a tendência para deixar as questões da família como pertencendo ao foro das Igrejas, o que torna muito difícil uma intervenção estatal. Neste momento processa-se todo um movimento de modo a tornar o

Estado mais responsável, como de facto deve ser, pela política da família e pela formação dos cidadãos que estão a ser formados na instituição familiar.

- A Austrália acentua que existe uma polarização de opiniões porquanto uns pensam que os equipamentos infantis são destruidores do agregado familiar, e outros, pelo contrário, consideram uma responsabilidade o seu incremento em todo o país. No entanto, acentua-se que é perigoso tocar neste problema através do emprego, uma vez que se trata de um campo muito mais vasto, que é o campo da Política da Criança. A ilustrar este exemplo, é importante notar que uma lei relativa aos equipamentos infantis de 1972 foi assinada pelo Ministro do Trabalho, e a sua regulamentação, que saiu em meados de 1973, foi já assinada pelo Ministro da Educação.

- Os países escandinavos são naturalmente aqueles para os quais se olha à procura de

soluções mais trabalhadas e reflectidas.

Os pontos mais importantes a sublinhar nos países escandinavos são os seguintes:

- . A Suécia com a sua larga experiência, talvez a experiência mais vasta de todos os países da OCDE, acentuou sobretudo a necessidade da qualidade do pessoal, quer para as instituições colectivas de responsabilidade da sociedade, quer para a instituição mais pequena que é a família.

Fundação Cuidar o Futuro

- . A Dinamarca está a estudar a economia do problema, quer dizer, qual é a relação de custos-benefícios que são investidos nos equipamentos, creches e instituições análogas.
- . É da Finlândia que nos vem uma reflexão e uma experiência com interesse. Foi promulgado recentemente um decreto sobre equipamentos infantis diurnos, que diz basicamente o seguinte: os equipamentos infantis são direito de cada criança; todo o equipamento infantil fora da família é con

trolado pela sociedade; a família constitui também um novo tipo de equipamento para a infância. Resultam estas reflexões não só de princípios largamente estabelecidos, como da verificação de que são necessários cerca de 150.000 centros mais, além dos que estão a funcionar no país. Só estarão prontos em 1990. Como se considera também, analogamente à observação da Dinamarca, que não deve haver mais de 70 crianças por centro, e que o pessoal deve ser altamente qualificado, a Finlândia pôs-se à procura de uma nova solução. A alternativa que surge é o reconhecimento da família como instituição para o equipamento infantil. De que modo? É pago um salário às mães que não só tomam cuidado dos seus filhos entre 0 e 3 anos, como de outras crianças da mesma idade, nunca excedendo 4 crianças por agregado familiar. São as mulheres de rendimentos mais baixos que aceitam esta solução, e porque esta solução é também da responsabilidade do Estado, há um programa de educação para estas mulheres, quer dizer, atra

vés do seu cuidado pelas crianças proces-
sa-se um tipo novo de educação das mulheres.
Como princípio fundamental, importa notar
que este sistema toma em linha de conta o
enorme potencial acumulado em milénios re-
lativamente ao cuidado com as crianças no
grupo social que são as mulheres mães. Is-
to não quer dizer, mais uma vez, que todas
as mulheres tenham condições para reali-
zar esse trabalho, mas que têm potencial-
mente essas condições, e necessariamente
isto envolverá uma fiscalização, selecção,
etc. O problema que está por resolver na
Finlândia é o do cuidado com as crianças
cujos pais trabalham em turnos. Este pro-
blema não foi estudado adequadamente do
ponto de vista internacional, e sugere-se
que ele constitua um aspecto particular a
encarar.

A análise dos pontos levantados leva-nos
a verificar que se explicitou a mudança radical de
orientação relativamente ao problema das creches.

O problema das creches não é um problema das mu-
lheres no trabalho, é um problema da educação da
população de um país . De facto, a representante
do Secretariado da OCDE sublinhou que no passado
se considerou sobretudo o aspecto social da educa-
ção pré-escolar, e não suficientemente o seu aspec-
to educativo e as suas repercussões no futuro. Daí
que seja importantíssimo o facto aqui sublinhado de
que os equipamentos infantis são do domínio da edu-
cação e não do domínio do trabalho.

Fundação Cuidar o Futuro

No domínio da política relativa aos equi-
pamentos infantis, haveria a sugerir:

1. Uma colaboração entre o Ministério das
Corporações e o Ministério da Educação pa-
rece indispensável no estabelecimento de
qualquer política relativa a creches e es-
colas maternas;
2. A sugestão da Finlândia parece de ana-
lisar não só como alternativa à creche,
mas também como um meio de educação de mu-
lheres , tanto das camadas economicamente
desfavorecidas, como das camadas altamente

favorecidas do ponto de vista económico;

3. Creio que seria de examinar pela Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo, pelo Ministério da Educação e pela Comissão instaladora das creches, a possibilidade de utilizar as escolas primárias existentes com pequenas adaptações, para a escola polivalente indicada pela França.

10. As tarefas domésticas

Fundação Cuidar o Futuro

O ponto a encarar aqui é o do valor económico do trabalho doméstico. No entanto, considera-se a enorme dificuldade desta questão. Daí ter havido apenas uma troca de impressões a este respeito:

- Os Estados Unidos acentuam as tendências actuais, que consistem na descoberta de novas atitudes, ajudando os psicólogos as famílias a adquirirem atitudes de igualdade e à partilha de responsabilidade. Verifica-se também num estudo recente realizado nos Es-

tados Unidos que não são os electro-domésticos que resolvem o problema dos encargos das tarefas familiares, visto que esse estudo revela que o trabalho dispendido hoje na lavagem da roupa com as máquinas eléctricas, é exactamente o mesmo que o trabalho gasto há uma dezena de anos, uma vez que, se é certo que o equipamento se simplificou, vão-se multiplicando, quase em progressão geométrica, as necessidades, tratando-se como que de novas formas de preencher o tempo. Verifica-se no entanto, ainda no mesmo país, que os jovens casais provenientes de famílias em que as mães tinham trabalho fora de casa, têm já uma imagem diferente, o que permite uma nova partilha das tarefas domésticas.

A intervenção da Finlândia levou o problema um pouco mais longe. Acentuou o movimento que tende a levar para além da família nuclear as responsabilidades domésticas e a partilhar essa responsabilidade entre várias famílias nucleares. Resulta de tal concepção um maior espírito comunitário, de inegável valor cívico, bem como uma plena utilização das máquinas domésticas cujo consumo está relacionado

com o stock de matérias-primas e cujo funcionamento deve ser encarado segundo o mesmo prisma económico com que se encara o funcionamento e rentabilidade das máquinas na laboração industrial.

Fundação Cuidar o Futuro

João de Deus Pintasilgo